

A DEFINIÇÃO E A DINÂMICA DOS LIMITES NO ALGARVE MEDIEVAL

por **Maria de Fátima Botão***

Introdução

Estudar o processo de definição de fronteiras de um país com o exterior, ou os seus limites internos, entre freguesias, entre concelhos, entre regiões, conduz-nos, necessariamente, para a busca da origem e formação de uma identidade. Muitos foram os que procuraram explicações e se envolveram no debate em torno da formação de Portugal, geógrafos e historiadores, alguns centrando-o em razões geográficas, outros políticas e militares, outros, meramente casuísticas, outros procedendo a abordagens mais completas, apostando no envolvimento dos factores humanos e geográficos¹. Devemos, talvez hoje, converter as reflexões, em torno das causas subjacentes à formação de um país e das suas fronteiras, para a questão da pluralidade de espaços culturais e históricos, regionais e nacionais, que o mundo, a Europa, os Estados compreendem, enquanto unidades políticas, resultantes de uma construção, onde interferem múltiplos factores, onde interferem múltiplos e diferentes agentes.

Confrontamo-nos, hoje, com realidades inéditas, na história da humanidade... as fronteiras, construídas e defendidas pelos nossos

* Universidade Nova de Lisboa.

¹ Ocasão para lembrar Orlando Ribeiro (recentemente desaparecido) e o seu trabalho "Portugal" in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, Vol. V, 1985, pp. 130-149. A sua perspectiva *polimática*, inspirada em Estrabão, não dissocia qualquer explicação de todas as outras dimensões do conhecimento humano: ver, a este respeito, Orlando Ribeiro, "Tradición e Innovación en el Sistema de la Geografía" in *Opúsculos Geográficos*, Vol.I, Síntese e Método, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp.391-408.

antepassados, abrem-se ao exterior, e a sua sobrevivência justifica-se apenas por abraçarem a memória e a cultura de um povo ou de uma região... O processo de aproximação entre os Estados e integração de espaços históricos e culturais distintos vê-se, todavia, acompanhado por outra realidade que emerge: o renascimento das convicções nacionalistas e xenófobas, os movimentos separatistas regionais e a intolerância ideológica.

O momento pede à História uma palavra, sobre a defesa dos passados que as fronteiras ainda protegem... Aos que a veiculam às gerações mais jovens, aos professores, a transmissão das identidades, numa perspectiva de compreensão e tolerância. Parece-me que o grande desafio do Presente reside na busca e no encontro dos espaços próprios, na descoberta e no desenvolvimento do apreço pelas singularidades, com que foram produzidos os passados de cada um, na compreensão da formação das regiões e dos Estados, como fenómenos resultantes de uma fusão de histórias e de culturas distintas, no respeito pelo diferente, pelo outro, além das fronteiras... Neste contexto, merece-nos uma atenção particular a história regional e local, dadas as imensas potencialidades que oferece perante os desafios com que nos confrontamos e as respostas que necessitamos, nestes novos tempos. Procurar conhecê-la e estudá-la pode passar, de uma forma muito interessante, pela questão da formação dos termos, dos limites regionais e das fronteiras e pelo processo de integração dos agentes sociais no interior das mesmas, bem como pela dinâmica desse mesmo processo provocada pelos condicionalismos políticos, sociais, económicos e mesmo religiosos.

Teci, assim, para hoje, algumas reflexões acerca destas problemáticas, a propósito da região que melhor conheço, o Algarve. Perseguram-me, de um modo teimoso e sistemático, as questões que passo a designar (e cuja busca de resposta me norteou até ao fim):

- Até que ponto as diferenças e os percursos históricos distintos, dentro de um mesmo povo, poderão bloquear a formação de uma identidade? Não poderá, ao invés, enriquecê-la?

- Até que ponto, as diferenças e os percursos históricos distintos, dentro de uma união de Estados, poderão bloquear a formação de uma identidade congregadora? Não poderá, ao invés, enriquecê-la?

A definição e a dinâmica dos limites no Algarve Medieval

A Sul e a Oeste delimitada pelo Atlântico, exposta por isso aos contactos com nautas de regiões diversas, mareantes furtivos,

visitantes de passagem procurando simplesmente o abrigo de uma enseada mais recatada ou o negócio que se poderia efectuar num porto mais movimentado, como o Cabo de S. Vicente ou Santa Maria de Faro, a região do sudoeste peninsular, o Garb andaluz, veria gravadas perpetuamente na sua história as marcas de uma fronteira marítima extensa. A Este, o rio Guadiana sustentava a demarcação utilizada pelos Romanos para separar o sul da Lusitânea da Baetica e muito mais tarde, já no século X, constituía-se numa linha divisória da estrutura administrativa urbana islâmica², para separar Silves de Sevilha e Badajoz ou, já em pleno período taifa, no século XI, Silves e Faro de Huelva. Linha divisória político-militar (mais tarde institucional), que dificultava as relações entre os muçulmanos, de aquém e de além da mesma, após a apropriação cristã de Mértola, Cacela e Aiamonte³; o rio era também uma linha de acesso fácil a incursões indesejadas oriundas, quer do Andaluz islâmico, quer dos vizinhos cristãos, que penetravam através das suas águas no território português; a eminência destas ameaças sacrificava sobretudo as populações de Tavira⁴ e Castro Marim⁵, tantas vezes sujeitas a prisão, caso fossem encontradas a não respeitar o recolher obrigatório, caída a noite, após o correr do sino.

Em tempos de paz, restabeleciam-se as relações com o exterior e o rio facilitava a visita frequente de embarcações, que procuravam Castro Marim para o pagamento de ancoragem e outros direitos, dado que "a Rybeira de Odyana toda hera termo desta vjlla de Crasto Marym ate chegar a borda da tera de Aiamonte"⁶; assim era a memória dos seus moradores no século XVI, para os quais o rio Guadiana, desde pelo menos, o reinado de D. Dinis até 1507, era considerado, todo ele, de uma margem à outra, português⁷.

² Vide Boisselier, Stéphane, *La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquete (Xe-XIVe Siècles)*. Thèse de doctorat présentée et soutenue publique en Université de Nantes, F.L.S.H., 1996, Annexe: figures, 13/14.

³ "Isto porque se mantêm por algum tempo mais até à criação da fronteira política entre Portugal e Castela, outras interdependências, nomeadamente económicas": A.H. de Oliveira Marques, "O Campo Muçulmano" in *Portugal em Definição de Fronteiras in Nova História de Portugal, Do Condado Portucalense À Crise do Século XIV*, Nova História de Portugal, Vol.III, Editorial Presença, Lisboa, 1996, p.46, nota 139.

⁴ Privilégio aos moradores de Tavira para no tempo do Alacil não serem presos os homens de trabalho, ainda se encontrados depois de se correr o sino: A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, Liv. 2, fl.20.

⁵ Determinação de D. Fernando para em Castro Marim se correr sino à noite: A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, Liv. 2, fl.55.

⁶ A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, 295, fl.5.

⁷ A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, 295, fl.5 e 37.

Esta linha hidrográfica sustentava, deste modo, a definição da fronteira entre a Andaluzia Castelhana e o território nacional, tal como prescrevia a convenção de Badajoz de 1267, entre Afonso X e Afonso III⁸. Isto, apesar da resolução definitiva das questões de fronteira, como é sabido, só se ter vindo a concretizar em Alcanices, trinta anos depois, onde D. Dinis assumiu o compromisso de abdicar dos seus direitos sobre algumas terras além do referido rio, como Aiamonte, por exemplo⁹. Definiam-se, assim, identidades políticas, estruturadas em espaços, que o rio ajudou a delimitar.

Aquém Guadiana, o Garb colidia, a norte, com uma série de serranias e cursos de água, para se abrir ao contacto com Portugal. As elevações que se atravessam do Atlântico ao Guadiana e que integram os sistemas Crista da Serra e Fico-Ceratónico, bem como alguns cursos de água, como a Ribeira de Seixe ou o Rio Vascão, que se vão alternando com as referidas serranias, ajudaram a definir uma outra fronteira: a que separava esta região de Portugal, árabes de cristãos, dois passados, dois percursos distintos de gentes, cuja História se fundiu mais tardiamente que em qualquer outra região do país. Todo o processo político, entre o Islão e a Cristandade, e entre Portugal e Castela, a que a região algarvia esteve sujeita, envolveu-se numa clara cumplicidade com aqueles acidentes naturais (que o acolheram e justificaram). Não que a serra e os rios, que a delimitavam, tivessem um efeito mais marcante que aqueles que ajudavam a demarcar as outras regiões de Portugal, como o "Além-Tejo", o "Riba-Tejo", "Entre Douro e Minho", "Trá-Los-Montes", entre outras. Somente aqui separavam um espaço muito arreigado, no imaginário, ao Algarve de Além-Mar e atrasado no processo histórico de integração no Reino de Portugal. Para a consumação deste processo, foi fundamental o desenvolvimento de acções políticas tendentes consolidar o domínio e a definir uma identidade que conseguisse integrar e absorver as diferenças.

⁸ Estabelecia-se que, daí para o futuro, o rei de Portugal renunciaria a quaisquer direitos sobre os territórios entre os rios Guadiana e Guadalquivir a favor do rei de Castela. Assim foram cedidas as terras de Aroche e Aracena, da confluência do Caia à foz do rio Guadiana, o limite da fronteira entre os dois países seria este rio. Afonso X renunciava definitivamente ao reino do Algarve, ordenando que se fizesse a entrega imediata ao rei de Portugal dos castelos algarvios ainda à guarda dos seus lugares-tenentes. Carlos Frederico de Montenegro de Sousa Miguel, "Convenção de Badajoz" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Vol. I, 1985, p.271.

⁹ Ver Carlos Frederico de Montenegro de Sousa Miguel, "Tratado de Alcanices" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Por Joel serrão, Vol. I, 1985, p. 81.

Reforçando a demarcação geográfica, que encerra, de uma forma natural, o espaço em causa, castelos e atalaias ladeavam a região, manifestando a sua presença, quer numa ou outra cúpula da serra algarvia, quer mais ou menos próximos da orla marítima: alguns já esquecidos na onomástica actual, como "castrum de Marachich (quod est citra serram de Algarve", como era mencionado em 1242¹⁰), ou Odemira e Mértola que protegiam o território, já na periferia alentejana; outros, reforçavam, mesmo além do Guadiana, a defesa da fronteira, que só em 1267, se passou a circunscrever ao traçado do rio, como já referimos: Aiamonte é o exemplo; outros polvilhavam o sul e o norte do território algarvio, de molde a tornar mais resistente a protecção contra todas as ameaças, vindas de todos quantos teceram árdua e longa disputa para ali se imporem.

Qualquer mouro, moçárabe, judeu ou cristão, que esperava daquela terra uma possibilidade de sobrevivência, não deixava de temer pela ameaça dos conflitos e pela insegurança decorrente da disputa política por aquele território, após o mesmo ter sido subtraído do Islão pelos Cristãos. Dificilmente (mesmo para os que ali se propunham iniciar ou dar continuidade a uma vida, na mais precária das condições) se podia ignorar o contencioso entre Portugal e Castela. O senhor (da terra que o camponês ajudara a reconquistar, arroteava, povoava e lavrava) tanto podia ser o rei português (ou qualquer outro senhor por ele agraciado) como alguém nomeado pelo rei castelhano, como, por exemplo, D. Garcia, bispo de Silves e por este agraciado, em 1261, com todas as igrejas do Algarve¹¹. As doações feitas à igreja de Silves e ao seu bispo, ora por um rei, ora por outro rei, entre 1245 e 1285, testemunham bem as vicissitudes a que o processo de consolidação política esteve sujeito.

Os castelos algarvios e respectivos termos, na sua maioria em posse da Ordem de Santiago, permiabilizavam a influência de Afonso X¹².

Ao conflito entre Sancho II e o Bolonhês, e entre este e Afonso X, e aos conluios perigosos entre Castela e o rei de Niebla, factos que lesavam, sem dúvida alguma, os interesses de Portugal sobre a região do Algarve, somavam-se as dificuldades que eram

¹⁰ A.N.T.T., *Gaveta 1*, m.2, 6 e 7; A.N.T.T., *Guad.*, 3.

¹¹ A.N.T.T., *Chanc. Afonso III*, Liv. 3, fls. 3-4 e *Gaveta* m.1, 5-5.

¹² Ver a carta de Afonso X para serem entregues ao rei de Portugal os castelos do Algarve: Tavira, Loulé, Faro, Paderne, Silves e Aljezur e toda a terra do Algarve. A.N.T.T., *Chanc. Afonso III*, Liv. 1, fls. 87 vº - 88. O documento é lido e publicado por José Marques "Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III " in *Actas das I Jornadas da História do Algarve e Andalusia*. Câmara Municipal de Faro, 1987, pp.110-115.

levantadas pela ordenação do pontífice Alexandre IV, que reconhecia a Sé de Silves como sufragânea de Sevilha¹³.

Tempos difíceis para o definir de uma fronteira, que confundia quem abraçar, que, muito embora em gestação, - gestação essa marcada pelos acidentes geográficos e pela influência de histórias distintas, - se mostrava, não obstante, tão vulnerável à instabilidade política.

Alcanices terá permitido a definição das fronteiras e a integração efectiva do Algarve em território português? Até que ponto, a permanência da sujeição do bispado do Algarve a Sevilha, só alterada em 1394¹⁴, não terá constringido um verdadeiro processo de integração, antes dessa data?

Todos reconhecemos a relatividade dos factos e quão complexo é o processo da formação da história de um país, de uma nação, de um povo. Não obstante, todos aprendemos a reconhecer, também, o significado de certos factos singulares na nossa interpretação da História. Ponderar o seu peso sobre esta, é o maior desafio e a tarefa mais difícil.

Parece-me, assim, que apesar da definição política dos termos ter sido um processo essencial na estruturação da posse, na estruturação da identidade, se manifestou fundamental também o papel da Igreja, não só na defesa e povoamento do espaço, como na definição de um quadro reorganizativo e conceptual de referência, para o reconhecimento dos direitos de nacionalidade. A Igreja absorveu diferenças, congregando as convicções numa fé e numa doutrina comum; a Igreja ocupou, defendeu e organizou os espaços; paróquias ou freguesias acabaram por servir propósitos administrativos da estrutura política, enquanto subdivisões dos concelhos. Silves, era a sede de bispado e era, simultaneamente, a "chave e a cabeça de todo o Regno do Algarve", a sua capital. Em seu torno, as igrejas de Loulé, Faro, Tavira, Cacela, Castro Marim e Alcoutim, Paderne, Aljezur e Albufeira, entregues à Ordem de Santiago e, a última à Ordem de Avis, confiadas à protecção dos seus castelos, recolhidas nos seus recintos amuralhados, integrarão, dentro em pouco, uma estrutura foralenga e concelhia. Muitos *fregueses (filii*

¹³ Ver Isabel Montes Romero-Camacho, "La Iglesia de Silves sufraganea de Sevilla: "la restauracion de un obispado medieval en medio de la lucha por el Algarbe entre Portugal e Castilla" in *Actas das I Jornadas de História do Algarve e Andaluzia*. Câmara Municipal de Faro, 1987, p. 136.

¹⁴ Até decisão contrária de Bonifácio IX, apresentava-se, pelo menos teoricamente, o bispado de Silves sufragâneo de Sevilha. Sobre toda esta conjuntura ver o trabalho já citado de Isabel Montes Romero-Camacho, *ob.cit.*, pp. 131-148.

ecclesiae, filhos da igreja) converter-se-ão em cidadãos dos municípios que Afonso III e D. Dinis vão criar.

Numa tentativa de contrariar as adversidades que ameaçavam a sua soberania sobre o Algarve, o Bolonhês empreendeu uma série de esforços, que se traduziram na atribuição de terras às ordens militares de Santiago e Avis, ao bispo de Silves e de cartas de foral às populações, criando poderes locais, organizando, desenvolvendo, criando laços de cumplicidade, reforçando a defesa das zonas mais despovoadas; através de mecanismos administrativos vários, procurou consolidar o sistema organizativo e assegurar os contornos da sua esfera de influência e de poder. Relativamente à constituição dos primeiros senhorios, os eclesiásticos, observável entre os anos 40 e 60 de Duzentos, Afonso III parecia procurar ignorar que outro senhor, no reino vizinho, se arrogava, simultaneamente, dos mesmos direitos¹⁵. Todavia, a atribuição de cartas de foral¹⁶ a Faro, Loulé, Silves e Tavira, só se registou, após a renúncia de seu sogro aos direitos sobre aquele território, em 1264, (o qual manteve, não obstante, o penhor dos castelos já atribuídos e o serviço militar de 50 cavaleiros, como é sabido). D. Dinis, em posse de novas condições conjunturais, que lhe permitiram a consolidação do seu domínio político sobre a região, reforça a orgânica municipal algarvia e eleva Alcoutim, Aljezur, Cacela, Castro Marim e Porches, a sedes de municípios.

A criação de estruturas político-concelhias, por parte do poder central, foi um passo importante para a organização espacial do domínio português, apesar de muito vagas as noções dos espaços que então se demarcavam e se integravam em cada um dos concelhos criados. As cartas de foral não eram explícitas quanto aos limites específicos de cada termo. Apenas com as preocupações de D. Dinis em desenvolver a influência do poder político central em estruturas que o apoiassem e em sistematizá-las espacialmente, se ensaiou uma demarcação de áreas sub-regionais, tendo em vista a definição do termo do relego do Sotavento algarvio, entre Loulé e Faro e entre Faro e Tavira. Porque o desenvolvimento do povoamento e da implantação humana no espaço assim o permitiram, eram utilizados como instrumentos de identificação dos limites, além dos referenciais da paisagem de âmbito geográfico, -como "cabeças", "garganta de vale" e "portela", - aqueles que se ligavam, essencialmente, à implantação

¹⁵ Ver nota 11.

¹⁶ Até 1263, era a seu sogro que competia essa prerrogativa, bem como a da reserva da titularidade senhorial sobre o território algarvio; era o que fora definido em 1363 pelo acordo entre Portugal e Castela que enfieudava, não obstante, o Algarve a D. Dinis.

humana, como "poços" e "fontes" (sempre mencionados como sendo de pertença de alguém determinado), moinhos e caminhos; ao longo do percurso de reconhecimento do espaço, os homens a quem aquele rei incumbiu da tarefa de definir os termos, iam colocando marcos que, muito embora com finalidades económicas, acabavam por dar origem a uma subestruturação do espaço político e institucional, também.

A tarefa política dos primeiros reis de Portugal e do Algarve, (repito, e do Algarve) consistiu na gestão dos recursos humanos, em cada uma das estruturas que garantiam a defesa do território. Deste modo, observava-se uma dinâmica intensa na alteração dos limites sub-regionais, em resposta a necessidades de implementação do povoamento; estas manifestavam-se em todas as acções políticas empreendidas, nos privilégios atribuídos a determinada povoação e determinado concelho. D. Dinis, além de procurar dar continuidade ao processo de criação de estruturas concelhias, como foi o caso de alguns núcleos junto à fronteira do Guadiana, como Alcoutim e Castro Marim, e do Atlântico, como Cacela, Porches e Aljezur, parecia querer restabelecer as relações com a ordem de Santiago, tão instáveis no reinado anterior, retomando as concessões de estandartes e igrejas, como o castelo e vila de Cacela¹⁷ (que alguns anos antes Afonso III retirara¹⁸), de Aljezur, Ourique e Marrachique, a igreja de S. Clemente em Loulé¹⁹ e todas as igrejas que se viessem a fazer em Alcoutim e respectivo termo, "o qual lugar - no dizer do rei - eu ora mando pobrar"²⁰. Recorde-se apenas que os freires de Alcácer, como então era designado o ramo português desta ordem, se haviam querido demarcar de Uclés, por esta ocasião, em finais do século XIII, por pedido formulado a Nicolau IV que, embora deferido²¹, não terá deixado, certamente, de agradar a D. Dinis; tratava-se de uma tentativa de demarcação relativamente a Castela que o rei português não deixava de reconhecer. Só neste contexto e sabendo o quão excelente era o serviço prestado pela ordem de Santiago no que respeitava à defesa das fronteiras e ao povoamento, se poderá perceber o desejo dionisino em querer agraciar e fazer merçê a D. João Osorez e respectiva ordem.

¹⁷ 1297: A.N.T.T., *Mest.*, Liv. I, 181 e vº.

¹⁸ Em 1272: A.N.T.T., *Chanc. D. Afonso .III*, Liv. I, fl. 155. Doc. pub. por José Marques, *Actas das I Jornadas de História do Algarve e Andalusia*, Câmara Municipal de Faro, 1987, p. 130.

¹⁹ 1298: A.N.T.T., *Mest.*, Liv. I, fl. 182 vº-183.

²⁰ 1302: A.N.T.T., *Mest.*, Liv. I, fl. 176.

²¹ Ver G. de M. M., "Ordem de Santiago" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Vol. V, 1985, pp. 471-472.

A construção conceptual dos limites internos do Algarve Medieval caminhou mais lentamente que a definição da fronteira com Castela. Apesar do empenhamento do Lavrador em definir e arrumar melhor o espaço nacional para melhor o gerir, revelaram-se, por muito tempo, ténues as concepções acerca da configuração do mesmo. Estas foram-se consubstanciando à medida que a implantação do povoamento e a organização político-administrativa, social e económica se desenvolviam. Em 1307, Alcoutim, no nordeste do Algarve, nas margens do Guadiana, era integrado no termo de Faro. É curioso este registo, quando Castro Marim, Cacela ou Tavira, pela proximidade geográfica, seriam polos de absorção mais lógicos. Só em 1383 se integrou Alcoutim no termo de Tavira. Aliás, o reinado de D. Fernando pontua-se por uma forte intervenção, a nível do reordenamento do território algarvio, assumindo a representação cartográfica dos núcleos concelhios, a configuração inicial, conferida por Afonso III. Caía a estrutura municipal dionisina que o desafogo populacional e o empenhamento político haviam permitido desenvolver. O espaço e a respectiva organização acusavam os efeitos das conjunturas, mas também uma maior clarificação do seu traçado funcional.

Captar a história na construção dos espaços, na formação das fronteiras, na definição e na dinâmica dos limites regionais permite, sem dúvida, o aprofundar do conhecimento sobre os percursos políticos e institucionais inerentes às acções humanas, bem como, de um modo geral, sobre a génese das identidades e das condicionantes subjacentes. Permite-nos sobretudo compreender o quão precários são esses traços, a que chamamos fronteiras, termos, limites, se não atendermos à memória e à história do povo que eles abraçam.

